



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Preço: €2,5

Publicação Bimestral

N.º 99

Julho / Agosto 2020

Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

ESTATUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DOIS ANOS DE ESPERA COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO

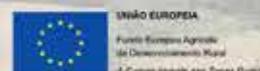


CADERNO TÉCNICO: CLIMA, SOLO E ÁGUA
NA AGRICULTURA E NO MUNDO RURAL

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
Muita retórica e pouca acção no apoio à Agricultura Familiar	3
DESTAQUE	
Fundos, planos e estratégias: decisões políticas não podem fechar os olhos à importância estratégica da Agricultura Familiar	4-5
Uma mão cheia de burocracia, outra de coisa (quase) nenhuma!	6
CNA elege Órgãos Sociais para o triénio 2020-2023	7-8
CADERNO TÉCNICO	
O clima, o solo e a água na agricultura e no Mundo Rural	9-24
NOTÍCIAS	
Aveiro I Reunião com lesados de ataques de javalis	25
Agricultores afectados pelas marés vivas na Ria de Aveiro	25
Baixo Mondego I Medidas de Investimento da APA insuficientes	25
Castelo Branco I Problemas da Agricultura Familiar levados à Assembleia da República	25
Governo não cumpre protocolo assinado com BALADI e Agrupamentos de Baldios	26
Debates <i>online</i> promovidos pela CNA sobre o sector vitivinícola e sobre a Floresta	26
INTERNACIONAL	
Agricultura Familiar e COVID-19: Enfrentar a crise com uma forte acção colectiva	27-28
OPINIÃO	
O “boi do povo” está coxo, cego e já lhe preparam o abate – <i>Por Laura Tarrafa</i>	29
ENTREVISTA	
Entrevista a Armando de Carvalho, defensor incondicional dos Baldios	30-31



**A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina**



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

FICHA TÉCNICA

Propriedade e Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura
NIF: 500817812

Morada / Sede da Redacção

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnareal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Rue de la Sablonière 18 – 1000 BRUXELAS
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Directora

Adélia Vilas Boas

Coordenadora Executiva

Bárbara Duarte

Fotos

Arquivo da CNA

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Laura Tarrafa, Ricardo Cabral e Ângela Dias

Periodicidade

Bimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo na ERC

123631

Composição, Paginação e Impressão

Digipress, Lda.
R. da Fábrica 260, 4585-013 Baltar - Paredes

*Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores*

Estatuto Editorial

Disponível em: <http://www.cna.pt>

Muita retórica e pouca acção no apoio à Agricultura Familiar

O abalo que se fez sentir com a pandemia de COVID-19 lançou o debate na opinião pública sobre o direito à alimentação e o papel dos agricultores no fornecimento de alimentos, num contexto de encerramento de fronteiras e constrangimentos à circulação de pessoas e mercadorias.

A necessidade de garantir comida nas mesas de um país escandalosamente dependente do exterior em

bens agro-alimentares aparentou ter gerado o reconhecimento da importância de uma produção agrícola sustentável, de qualidade e de proximidade.

Questão que parecia ter ganho eco também nas entidades oficiais: apelos e promessas de apoio aos agricultores, vistosas campanhas nas redes sociais mostrando governantes ao lado de “quem nos alimenta”... por norma junto a sectores da grande e intensiva produção.

A coerência exigiria acção em conformidade com a retórica. Mas a experiência manda-nos ser cautelosos. E a verdade é que a agenda continua a afinar pelo diapasão das políticas neoliberais que têm caracterizado os últimos (largos) anos de políticas nacionais e comunitárias.

Claro desde o início: elogia-se a produção local, mas fecham-se feiras e mercados e escancaram-se as portas da Grande Distribuição, com custos acrescidos para produtores e consumidores. E o tom vai-se mantendo afinado. Começa num Fundo de Recuperação prejudicial à Agricultura e continua numa Visão Estratégica para a recuperação do país que volta a desconsiderar a Agricultura Familiar e a sua multidisciplinar importância, como damos nota nesta edição da Voz da Terra.

No contexto alargado da sociedade, também não podemos aceitar que as costas largas da pandemia justifiquem políticas que venham atirar mais dificuldades e perda de rendimentos para as populações, agricultores incluídos.



Orçamento do Estado para 2021 não pode ser mais uma oportunidade perdida

Não aceitamos, por isso, que o Orçamento do Estado para 2021, que em breve será apresentado, discutido e votado na Assembleia da República volte – como os anteriores – a ignorar a importância estratégica da Agricultura Familiar e não inclua de verbas significativas, nomeadamente para a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar.

É hora de uma política que não se fique por palavras, que valorize os agricultores que produzem e abastecem o mercado interno, a restauração e o comércio locais, e não só e apenas os agricultores e as produções de vocação e dimensão exportadora que colocam produtos além fronteiras.

Aguardamos, expectantes e interventivos, por um OE 2021 que contemple dotação para investimentos necessários à manutenção, ao fortalecimento e à criação de novas explorações agrícolas familiares, essenciais para o aumento da produção alimentar e com um papel determinante na coesão económica, social e territorial e no arrefecimento do planeta (ver Caderno Técnico).

Não baixar os braços sempre nos caracterizou. Certos da justeza da luta, de pé, unidos e em acção com os muitos milhares de agricultoras e agricultores familiares, a CNA e Filiadas não deixarão confinar as suas reclamações, por um país mais solidário e justo!

Empunhando bandeiras de esperança, em defesa da Agricultura Familiar e por um Mundo Rural vivo e vibrante!

O Executivo da Direcção da CNA

Fundos, Planos e Estratégias: Decisões políticas não podem fechar os olhos à importância Estratégica da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar tem, entre outros, um potencial preponderante na redução do défice agro-alimentar e da pegada carbónica dos nossos alimentos, na coesão territorial e social e no fortalecimento das economias locais e nacional.

Essa importância é amplamente reconhecida em instâncias internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e até no contexto nacional, com declarações públicas e anúncios mais ou menos pomposos. Mas da

palavra à acção vai uma longa e demorada distância. Prova disso é o arrastar da implementação do Estatuto da Agricultura Familiar (EAF) ou da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028 em Portugal.

Na agenda mais recente houve várias oportunidades para fazer reflectir as palavras em políticas concretas: Orçamento do Estado Suplementar, Fundo de Recuperação, Quadro Financeiro Plurianual ou o Plano de Recuperação Económica.



Orçamento do Estado Suplementar aquém do necessário Pela positiva, a reposição da Electricidade Verde

No Orçamento do Estado (OE) Suplementar aprovado em finais de Julho, a pretexto dos efeitos da pandemia de COVID-19, o Governo perpetua cortes salariais e desigualdades e não contempla medidas significativas para a melhoria das condições de vida e de trabalho da sociedade em geral. No contexto particular da Agricultura, é de lamentar a total ausência do EAF e o facto de os anunciados adiantamentos das ajudas da PAC se terem ficado pelo II Pilar (Desenvolvimento Rural). Abrigando-se no argumento de que Bruxelas não permite, o Governo deixou de fora dos adiantamentos

os Pagamentos Directos do I Pilar, no qual se inclui o Regime da Pequena Agricultura (RPA) que bem poderia ajudar os mais de 50 mil beneficiários neste período tão difícil para a pequena e média agricultura.

Pela positiva, a destacar a aprovação da proposta do PCP, para reposição da electricidade verde, com apoios de 20% do valor da factura nas explorações agrícolas até 50 ha, ou explorações agropecuárias até 80 cabeças normais; e de 10% para explorações com mais de 50 hectares, ou mais de 80 cabeças normais, e cooperativas e organizações de produtores.

Fundo de Recuperação e Quadro Financeiro Plurianual

Acordo alcançado em Bruxelas prejudica Agricultura

Já é tradição anunciar os acordos alcançados em Bruxelas como vitórias do Governo face a ameaças de males maiores. Mas os resultados alcançados no âmbito do QFP trazem preocupações para a Agricultura, que perdeu metade da dotação inicial proposta de 15 mil milhões de euros, para ficar com apenas 7,5 mil milhões. Assim, para a Agricultura vai apenas 1% das verbas adicionais do Fundo de Recuperação.

A análise dos valores reais (a preços cons-

tantes de 2018) revela perdas de cerca de 500 milhões de euros no I Pilar – Pagamentos Directos e medidas de mercado (menos 9% do que no quadro anterior) e superiores a 300 milhões no II Pilar – Desenvolvimento Rural (menos 5%).

Deixa também preocupação o facto de grande parte do pacote global de fundos para Portugal ser sob a forma de empréstimos, o que poderá vir a aumentar a dívida pública que tem asfixiado o País.

Plano de Recuperação Económica

Visão estratégica fecha os olhos à Agricultura Familiar

Como afirmámos em fase de Consulta Pública, a CNA considera que a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” ignora por completo a importância da Agricultura Familiar. Prova disso é a ausência – mais uma vez – de qualquer referência ao EAF e à necessidade da sua urgente concretização.

A Visão sublinha este fechar de olhos ao reforçar a vertente exportadora da agricultura competitiva e industrial sem destacar ao mesmo nível, por exemplo, a importância de garantir e até de aumentar a produção para consumo interno, o que parece um contra-senso, na medida em que reconhece o desastroso saldo negativo da balança agro-alimentar nacional.

Um plano que pretenda ser a principal alavanca financeira e económica do País, face ao efeito negativo da pandemia, não pode ignorar a importância dos pequenos e médios agricultores e produtores flores-



tais que, apesar de enormes dificuldades, contribuem para a alimentação das populações, para a defesa dos recursos nacionais e para a economia nacional.

E não pode ignorar também os princípios da Soberania Alimentar, deixar de apoiar os circuitos curtos de comercialização ou as organizações de produtores e o movimento associativo e cooperativo.

No contexto das mudanças climáticas e ambiente, o valor ambiental dos territórios rurais é indissociável da prevenção do abandono da Agricultura.

O País precisa de um Ministério da Agricultura forte

O apoio à instalação de novos e jovens agricultores e a manutenção das explorações existentes é indissociável da criação de condições que permitam manter a actividade. Tal passa por oportunidades de escoamento a preços justos à produção, pela existência de mecanismos de regulação da produção e do mercado, pela abertura e reversão do encerramento dos serviços públicos básicos, pela implementação de serviços de extensão rural e pela manuten-

ção de um Ministério da Agricultura forte e não esvaziado (como aconteceu com a recente retirada de competências à Direcção Geral de Alimentação e Veterinária ou a retirada da sua alçada das Florestas e do Desenvolvimento Rural).

No campo de decisão, a CNA e Filiadas manter-se-ão atentas e interventivas, com opinião e proposta por melhores políticas que apoiem e promovam a Agricultura Familiar e a Soberania Alimentar de Portugal.

Uma mão cheia de burocracia, outra de coisa (quase) nenhuma!

Decreto-Lei do Estatuto da Agricultura Familiar já tem dois anos e não sai do papel

A 7 de Agosto contaram-se dois anos sobre a publicação do Decreto-Lei que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF). Ao contrário do desejável e necessário, o Estatuto continua vazio de medidas que de facto apoiem os agricultores familiares. Agricultores que produzem alimentos de forma socialmente justa e com respeito pela Natureza, contribuindo para um Mundo Rural vivo, para o desenvolvimento económico do país e para a redução da dependência alimentar do exterior.

Governo não parece empenhado na concretização do Estatuto

O mal começa logo pelo facto do Decreto-Lei não definir prazos para regulamentação por parte dos Ministérios. Apesar de contar com nove Ministérios envolvidos, assiste-se a uma desvalorização deste instrumento por parte do Governo e apenas o Ministério da Agricultura legislou (poucas e pouco relevantes) medidas. Do prometido sistema de segurança social e fiscal adequado ou de um regime de reconhecimento das organizações de produtores ajustado, por exemplo, nada se vê.

Parcas medidas afastam agricultores

Esperadas 100 mil adesões: menos de 200 títulos emitidos

Das cerca de 300 mil explorações familiares existentes em Portugal, o anterior Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, referiu por diversas vezes que o EAF deveria alcançar 100 mil agricultores. Mas em Agosto deste ano, o número de títulos não ia além de 200. A diferença não poderia ser mais abissal.

Como é evidente, os agricultores não vêem vantagens em candidatar-se a algo vazio de conteúdo. O processo para atribuição do título, através da DGADR, é demasiado burocrático e registam-se constrangimentos na plataforma informática.

Houve agricultores que passaram pelo ano de validade do título sem poderem beneficiar de qualquer medida. Para a renovação, nova carga de “papelada”. Antevê-se que, perante a aridez do EAF, a obrigatoriedade de renovação anual vá deixar cair por terra parte dos poucos agricultores familiares reconhecidos.

A Agricultura Familiar e o País não podem ficar mais tempo à espera

A CNA, que no seu Congresso de 2014 aprovou a proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, continua – e continuará – a defendê-lo como instrumento essencial para o desenvolvimento da nossa agricultura e para a Soberania Alimentar do país.

A CNA reclama:

- Limite de 5.000€ nas Ajudas Directas (e não no conjunto das ajudas inscritas no Pedido Único) para aceder ao EAF;
- Critério do rendimento colectável do agregado familiar inferior a 25.000€ na actividade agrícola (e não no conjunto de rendimentos de outras actividades);
- Reconhecimento e valorização do papel das mulheres agricultoras;
- Urgente concretização, com medidas substantivas, do Estatuto da Agricultura Familiar!



A 21 de Julho, a CNA foi recebida em Audiência na Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República, onde defendeu a necessidade da urgente concretização do Estatuto da Agricultura Familiar.

A luta continua! – Sempre com os Agricultores!

Chegou naturalmente a hora da Voz da Terra mudar de Director. De minha parte, são muitos anos já com a responsabilidade e a tarefa que a CNA me atribuiu para, primeiro, ser o Director-Adjunto (nessa altura Joaquim Casimiro era o Director) e depois Director da Voz da Terra. Enfim, para além disso, a idade da “reforma” oficial também tem o seu peso que, aliás, eu sinto e quer goste ou não da sensação... Agradeço, entretanto, a confiança que em mim foi depositada pela CNA e pelos que fazem a CNA todos os dias, confiança a que eu procurei corresponder. Agradeço também toda a colaboração, ainda que crítica, que me foi prestada ao longo do tempo.

Sim, fizemos o que pudemos e fizemo-lo com apego e com alegria muitas vezes.

Em especial se mantém o apelo e o objectivo para chegarmos com a Voz da Terra (e com outras edições da CNA) junto às Agricultoras e aos Agricultores com a informação, a proposta e a crítica – distintivas – da CNA.

Expressa-se os votos de que a nova Directora da Voz da Terra tenha os maio-



Por João Dinis
(ex-Director da Voz da Terra)

res êxitos nas suas funções e responsabilidades também nesse âmbito. A tarefa fica bem entregue e coloco ao seu dispor toda a minha experiência.

Portanto, vamos à vida, e à luta, eu e a Voz da Terra e todos os que com a Voz da Terra de alguma forma se envolvem. Das Agricultoras e dos Agricultores, aos Dirigentes da CNA e Filiadas, aos Técnicos e a outros Colaboradores, aos Leitores em geral.

Pela melhoria dos rendimentos da Agricultura Familiar! Em defesa da Lavoura, dos Recursos Naturais e do Mundo Rural! Em defesa da Produção Nacional, da Qualidade Alimentar da População e em defesa e da Soberania Alimentar do nosso País!

Viva a Voz da Terra!

Viva a CNA!

CNA elege Órgãos Sociais para o triénio 2020-2023

A Assembleia Geral Eleitoral da CNA, realizada a 4 de Julho, na Aveleira, Penacova, elegeu os Órgãos Sociais da Confederação para o triénio 2020-2023.

Com uma significativa participação de delegados vindos de Norte a Sul do País, debateu-se a situação da Agricultura, nomeadamente os impactos da pandemia da COVID-19 e outros problemas concretos que afectam a Agricultura Familiar. Espaço ainda para discutir algumas iniciativas a desenvolver pela CNA e Filiadas no futuro.

Aos (ex) Dirigentes que saem dos Órgãos Sociais, se agradece o que deram à causa e



se deseja as maiores felicidades. Aos novos Membros, êxitos no trabalho associativo que agora recomeça, sempre fiel a princípios e a objectivos comuns e solidários.

CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

		Região
PRESIDENTE	Maria Isabel Ferreira Magalhães Martins	Coimbra
SECRETÁRIO	Lucinda Maria Costa Pinto	Coimbra
	João Silva e Sousa	Aveiro
VOGAIS	Delfim Valério Moutinho	Viseu
	Fernando Manuel dos Santos Domingues	Leiria
SUPLENTES	Fernando Briga Esteves	Porto
	Vitor Manuel Silvano Herdeiro	Vila Real

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	António Manuel Gonçalves Grácio	Coimbra
VOGAL	Maria Alcina Noronha da Costa Fernandes	Aveiro
	Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues	Viana do Castelo
SUPLENTE	Florence Catherine Nicole Jeanne Melen.....	Évora

DIRECÇÃO NACIONAL

Adélia Maria de Sousa Vilas Boas	Coimbra
Albino Almeida Silva	Aveiro
Alfredo João Ventura de Paula Campos.....	Coimbra
Ana Bela Rua Pinto	Guarda
Ana Paula Simões Antunes	Coimbra
Aníbal Correia Cabral	Castelo Branco
António da Conceição Ferraria	Leiria
António Órfão Redinha	Coimbra
António Silva Rodrigues Valente	Aveiro
Arlindo da Cunha Cruz	Braga
Carlos Manuel Coimbra Alves	Aveiro
Carlos Manuel Lopes.....	Bragança
Daniel Amorim Serralheiro	Vila Real
Edgar Marques Pereira.....	Setúbal
Eugénio de Castro Vitor.....	Viana do Castelo
Francisco Martins de Puga.....	Viana do Castelo
Isménio Lourenço de Oliveira.....	Coimbra
João Filipe Meco Batista	Coimbra
João Manuel Fontes Dinis	Coimbra
João Manuel Carvalho Morais	Vila Real
João Rodrigues Vieira	Lisboa
João Varela dos Santos	Faro
Joaquim Francisco Riço Pifano	Portalegre
Joaquim Manuel Nunes Lopes	Portalegre
Joaquim Cerejo de Matos Soares	Leiria
Joaquim Silvino Pato Caçoete	Setúbal
José Manuel Sousa Lobato Araújo	Braga
José Miguel Afonso Fernandes	Vila Real
José Miguel Pacheco Gonçalves	Coimbra
Laura Maria Tarrafa Pereira Silva.....	Coimbra
Maria Alberta Gonçalves Santos	Vila Real
Pedro Jorge Mendes dos Santos	Coimbra
Sílvia Fabiana Fernandes Martins	Coimbra
Teresa Monteiro Gonçalves	Vila Real
Vitor Manuel Jorge Rodrigues	Coimbra

SUPLENTES DA DIRECÇÃO

Luís Miguel Pires Lourenço	Avis
Vera Patrícia Fernandes Alagoa	Santarém
Manuel Figueiredo Silva	Viseu
José Carlos Pereirinha Rodrigues.....	Viseu
Zulmiro Rodrigues de Almeida	Guarda
Nuno Miguel Pires Correia.....	Setúbal
Manuel António Machado Monteiro	Porto

O clima, o solo e a água na agricultura e no Mundo Rural

Por Laura Tarrafa, Ricardo Cabral e Ângela Dias

“Preocupada também porque os camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais sofrem as consequências causadas pela degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas”

“Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais”

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIAO EUROPEIA
Fundos Europeus Agrícolas
de Desenvolvimento Rural
4. Portugal Investe nos 2 Camos Rurais

PDR2020-2.1.4-FEADER-044980

Introdução

A Agricultura influencia e é condicionada pela Natureza. É por isso a actividade económica, por excelência, mais exposta às condições meteorológicas de cada território, pelo que, mudanças do clima, terão impactos de elevado grau no dia-a-dia do agricultor, do sector e da economia nacional.

A perspectiva de aceleração das mudanças do clima por acção das actividades humanas, aceite pela generalidade da Comunidade Científica, aponta como principais consequências: o aumento da temperatura do ar, a diminuição da precipitação ou o aumento da frequência e a intensidade de fenómenos extremos [1]. Tal situação poderá traduzir-se em perdas de produção no campo, por exemplo, pela redução da taxa fotossintética, pela intensificação da respiração e transpiração ou até na alteração do ciclo das culturas [2].

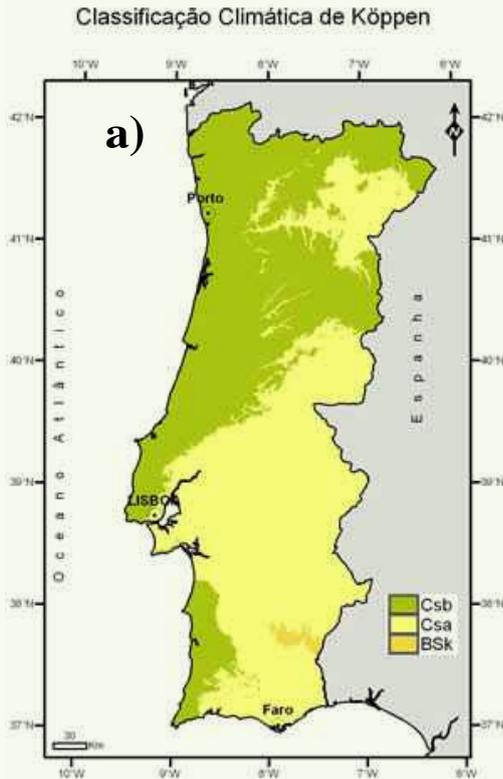
Parte I - O Clima

Histórico

De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) “o clima é caracterizado pelos valores médios dos vários elementos climáticos registados num período de 30 anos”, pelo que são apresentados os dados de 1971 a 2000 como período de referência, dados disponibilizados pelo IPMA, IP.

O clima dominante em Portugal Continental é o Clima Temperado, caracterizado por temperatura média do ar de variação regular ao longo do ano, com quatro estações bem definidas, sendo os Invernos chuvosos e suaves e os Verões quentes e secos (Figura 1).

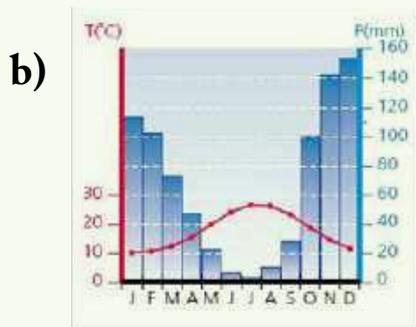




Clima Temperado - C (Tipo)

Clima temperado com Verão seco - **Cs** (Subtipo)

Clima temperado com Verão quente e seco - Csa	Nas regiões interiores do vale do Douro (parte do distrito de Bragança), nas regiões a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela (exceção: litoral oeste do Alentejo e Algarve).
Clima temperado com Verão seco e suave - Csb	Em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve.



Clima de Estepe - B (Tipo)

Clima de estepe - **BS** (Subtipo)

Clima de estepe fria da latitude média - BSk	Pequena região do Baixo Alentejo, no distrito de Beja.
---	--

Figura 1 - Clima em Portugal Continental, no período de 1971-2000, de acordo com a Classificação de Köppen-Geiger a) [3] Gráfico termopluviométrico b) [4].



Temperatura do ar

A temperatura do ar é um parâmetro fundamental para os processos biológicos das culturas agrícolas, tal como para a alimentação e bem-estar dos animais de interesse pecuário. Em 2019, a temperatura média do ar foi de 15.58°C, representando um aumento em todo o território (+ 0.32°C) (ver Figura 2), em especial no interior do país, com a maior amplitude térmica registada na Guarda (1.4 °C). Registou-se ainda a temperatura mínima mais baixa (-7.0 °C) em Miranda do Douro e Chaves (Janeiro) e o maior valor da temperatura máxima (43.1 °C) em Alvega (Abrantes) (Julho). Foram ainda registadas quatro ondas de calor fora da época de Verão: Fevereiro, Março, Maio e Setembro.

Precipitação

A precipitação acumulada permite compreender a disponibilidade de água e melhorar a gestão na exploração agrícola. Em 2019, o valor médio da precipitação total anual foi de 755,6 mm, cerca de 86% do valor normal no período de 1971-2000 (mais baixo) (Figura 3). O maior valor da quantidade de precipitação (em 24h) foi registado na Guarda, 141,4 mm (Dezembro). Registo ainda de fenómenos extremos como as depressões Daniel, Elsa e Fabien (Dezembro), que originaram precipitação e vento forte, e, por outro lado, assistimos a uma seca meteorológica em todo o território, de Janeiro a Outubro, e até Dezembro na região mais a sul.

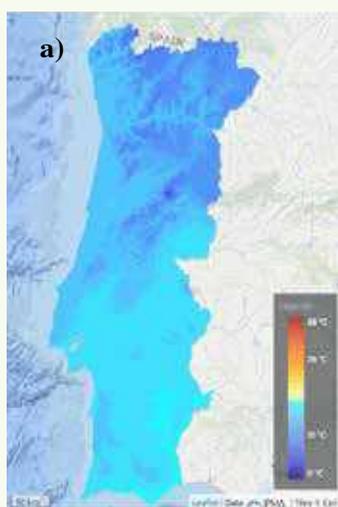


Figura 2 - Temperatura média do ar: 1971-2000 (a) [5] e as diferenças comparativamente com 2019 (b) [6]

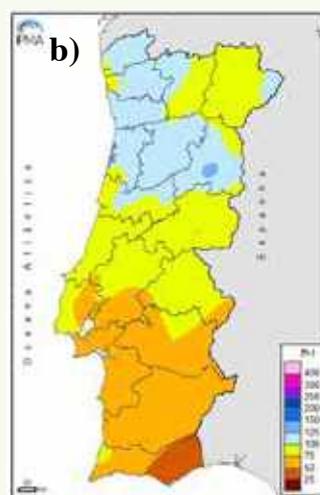
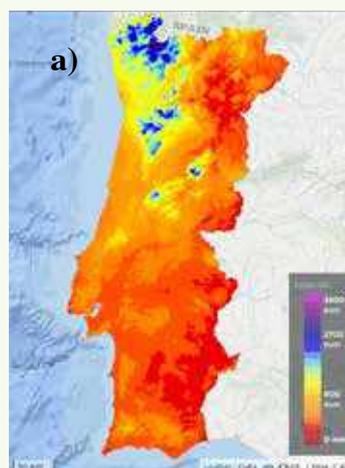


Figura 3 - Precipitação média acumulada anual: 1971-2000 (a) [7] e as diferenças comparativamente com 2019 (b) [8].

Parâmetros agrometeorológicos (2019)

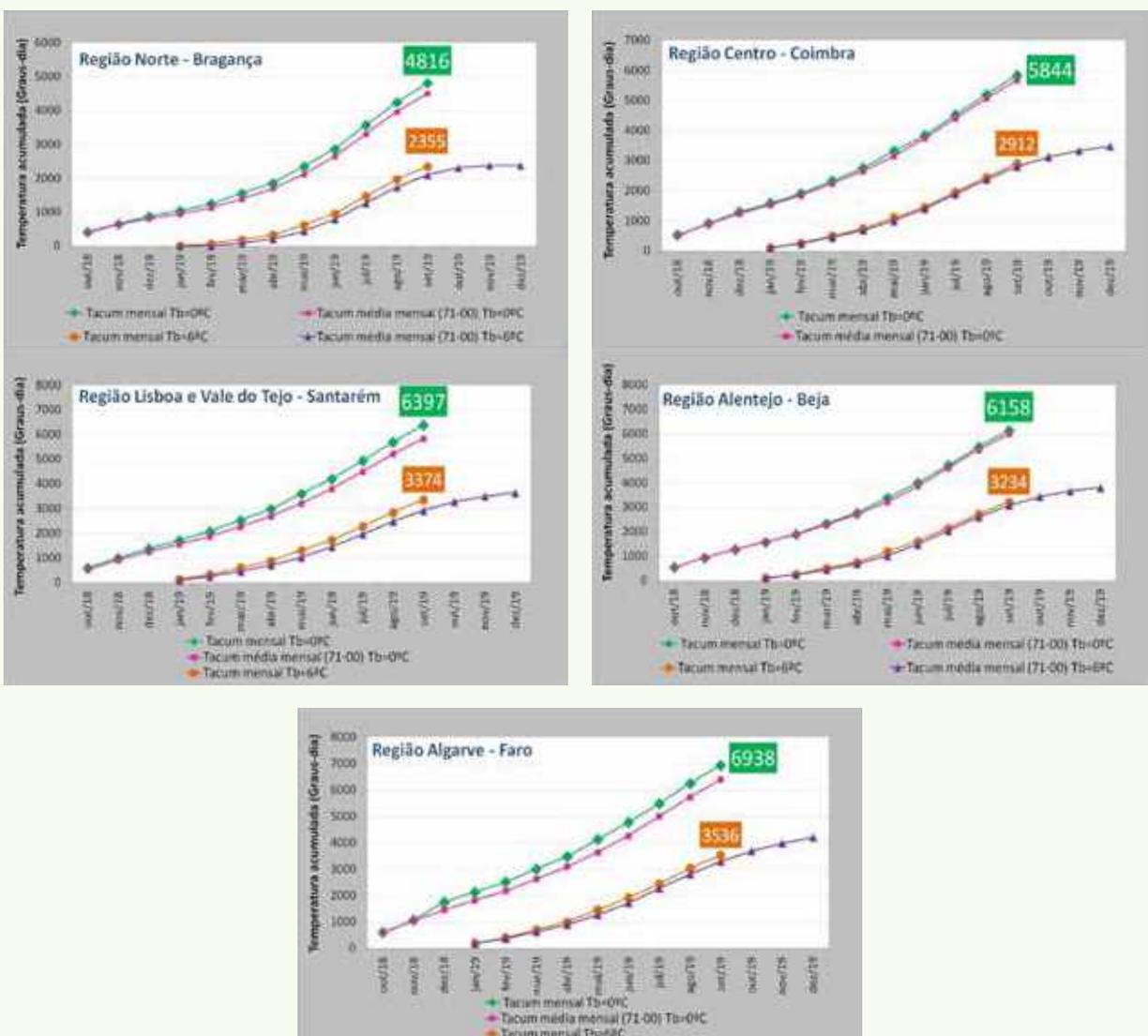
• Temperatura acumulada /Avanço-Atraso das Culturas¹

O método das temperaturas acumuladas permite a análise do efeito da temperatura do ar na fenologia das culturas (ex. floração ou frutificação) [9].

Pela análise do Quadro 1, que indica os valores da temperatura acumulada para

as regiões agrícolas, conclui-se que as regiões que apresentam maiores valores de temperatura acumulada são as do sul e litoral, o que revela que será nestes territórios que se registrarão os maiores potenciais avanços no desenvolvimento das culturas (variável). Na esmagadora maioria, a diferença aumenta com o progressivo aproximar do fim do ano hidroagrícola.

Quadro 1 - Temperaturas acumuladas calculadas para a temperatura base de 0 °C para o ano hidrológico 2018/2019 e para a temperatura base de 6 °C no ano civil 2019, em comparação com o período de referência [9].



¹ Método das temperaturas acumuladas: permite a análise do efeito da temperatura na fenologia das plantas. Tb: Temperatura base, temperatura a partir da qual determinada espécie se desenvolve; n: número de dias; Ta: Somatório das diferenças entre a temperatura média diária (Tar) e a Tb. Se Tar < Tb, Ta=0.

A título de exemplo, no Quadro 2 podemos verificar que as culturas no distrito de Portalegre poderão registar cerca de 2,6 dias de avanço em Setembro de 2019 (Tb=6.°C).

Quadro 2 - Temperaturas acumuladas (graus-dia) e o número de dias potenciais do avanço e atraso das culturas no mês de Setembro de 2019 para diferentes temperaturas base [9].

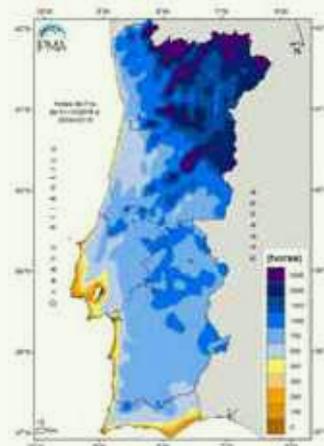
	Tb=0°C	N.º dias avanço/ atraso	Tb=6°C	N.º dias avanço/ atraso
Bragança	562,7	1,0	382,7	1,6
Vila Real	599,8	0,9	419,8	1,3
Coimbra	639,9	1,6	459,9	2,3
Viseu	573,5	0,5	393,5	0,7
Portalegre	674,8	1,9	494,8	2,6
Beja	680,9	0,5	500,9	0,7
Faro	686,3	1,1	506,3	1,6

• Número de horas de frio

A planta “adormece” no Outono e rebenta quando “sente” os primeiros dias de calor na Primavera, correndo o risco, muitas vezes, de ser surpreendida por uma vaga de frio ou geada tardia. De forma a melhor se adaptarem, as plantas desenvolveram mecanismos fisiológicos que limitam o abrolhamento precoce que ajuda a evitar perdas por fenómenos tardios (ex. geadas tardias).

Em especial, os fruticultores conhecem bem a importância dos “requisitos de frio” ou “vernalização”. De acordo com o clima da região de origem das variedades, as culturas necessitam de maiores ou menores períodos de frio, mais ou menos consecutivos. Para a maioria das fruteiras, contam as “horas de frio”, isto é, todo o período de 60 minutos consecutivos em que a temperatura atmosférica é inferior a 7,2°C, tal como horas de “calor” mínimas, para que ocorra o abrolhamento, na Primavera. Reveste-se de igual importância, conhecer o histórico de ocorrência de geadas (temperatura do ar próxima do 0°C ou abaixo), em especial a data média da última geada de cada ano que aponta o fim do Inverno (período de maior risco). Este fenómeno reduz a eficiência da polinização e queima rebentos ou flores. Este parâmetro agrometeorológico permite o zonamento de culturas e variedades de acordo as necessidades de frio, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Mapa - Número de horas de frio acumulado entre 1 de Outubro de 2018 e 30 de Abril de 2019 em Portugal Continental [10] e requisitos de frio de fruteiras (exemplo) [11,12].



Fruteira	Variedade	Horas de Frio
Pêra	Pêra Rocha	500 - 550 horas (de Outubro a Março)
Mirtilo	“Sul”	100 - 700 horas
	“Norte”	> 800 horas
	“rabbiteye”	450 - 750 horas
Framboesa	---	250 - 900 horas
Amora	---	250 - 900 horas
Groselheiras	---	700 - 1500 horas
Cerejeiras	---	700 - 1500 horas

• Evapotranspiração

Este parâmetro resulta da combinação dos fenómenos de evaporação² e transpiração³, que se traduz na quantidade de água que poderá passar para a atmosfera. Os valores de evapotranspiração oscilam com a latitude, a estação do ano, a hora do dia, a nebulosidade, a altitude, a velocidade do vento, a disponibilidade de água e com as características do solo e da vegetação [13].

Pela análise da Figura 4, conclui-se que os níveis de evapotranspiração apresentam heterogeneidade na distribuição espacial, com valores maiores a sul (4 mm/d) (a) e distribuição temporal, com uma leve tendência crescente (+0,1 mm/d) (b). Na análise de um período de tempo mais curto, no ano hidrológico de 2018/2019, conclui-se que os maiores valores de evapotranspiração continuam a sul e no interior (c).

² **Evaporação** (físico): Passagem da água superficial e humidade do solo (líquido) para o estado gasoso. Factores condicionantes: Existência da energia suficiente (radiação solar) para a alteração de fase; temperatura do ar e da superfície água; velocidade do vento; pressão atmosférica; substâncias contidas na água. Factores meteorológicos: Textura do solo; características físicas e químicas; teor de água e distribuição da humidade no solo.

³ **Transpiração** (físico-biológico): Perda de água dos seres vivos para a atmosfera. Factores: plantas - espécie, densidade e tipo de folhagem, estágio de desenvolvimento e localização em relação à disponibilidade de água.

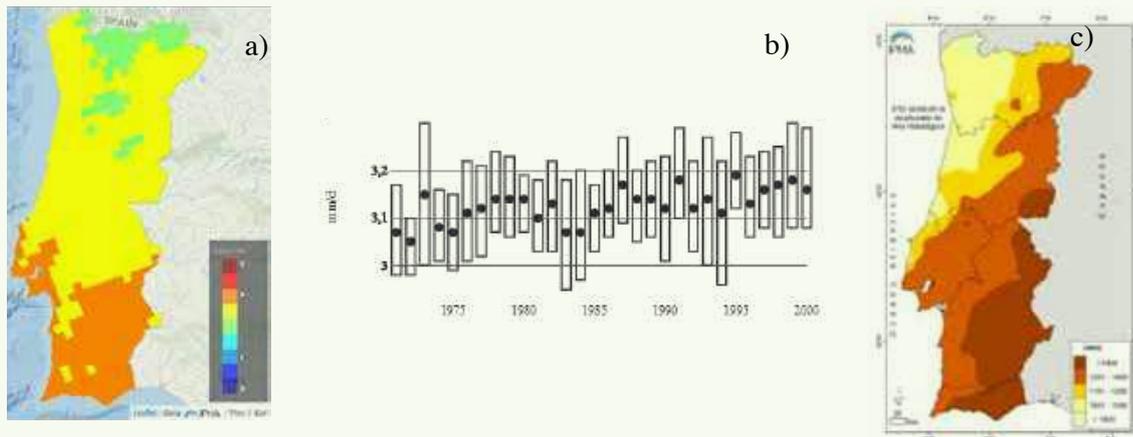


Figura 4 - Evapotranspiração de referência (ET0) distribuição espacial (a) e temporal (b) no período de 1971 a 2000 [14], e Evapotranspiração de referência acumulada (mm), de 1 de Outubro de 2018 a 30 de Setembro de 2019 (c) [15].

• Balanço hídrico do solo

Dados disponíveis de 2019 (de Janeiro a Setembro) apresentam o défice ou excesso de água por mês em várias regiões do País. As situações de déficie são maiores nas regiões a sul e no período estival (Quadro 4).

de Janeiro a Outubro, com temperaturas muito elevadas nos meses de Fevereiro e Março, inclusive com ondas de calor e com três fenómenos de depressão durante o mês de Dezembro (precipitação e vento forte). Este último teve um impacto grande no sector, em especial na região do Baixo Mondego (Figura 5).

Acontecimentos relevantes em 2019

O ano foi marcado pela seca meteorológica

Quadro 4 - Balanço hídrico climatológico (Jan – Set 2019) [13]





Figura 5 - Esquema cronológico dos eventos meteorológicos relevantes em 2019 [13].

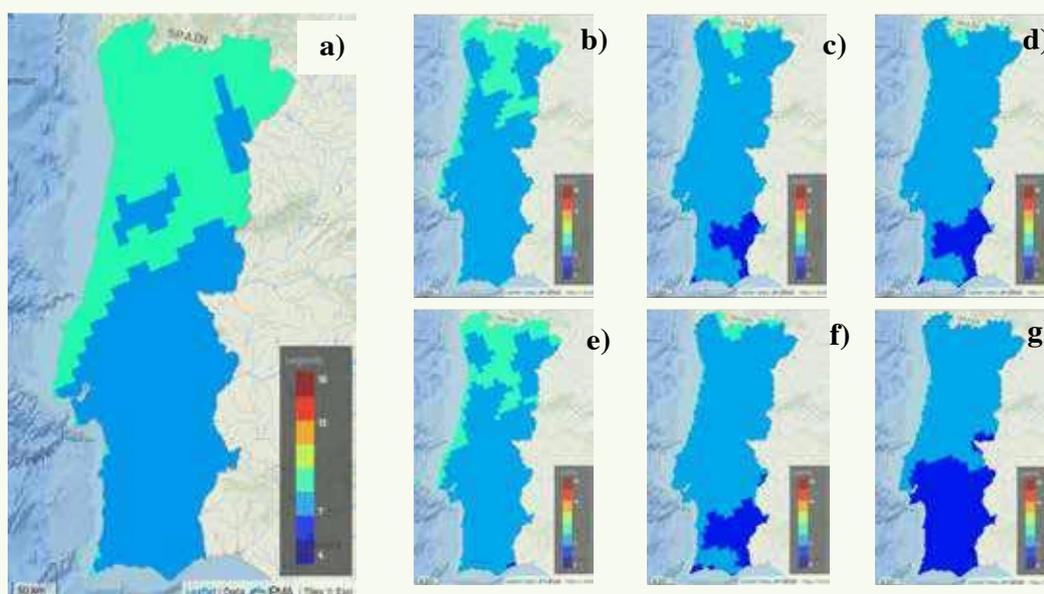
Previsões climáticas

As actuais mudanças de clima demonstram que as transformações e sua aceleração terão consequências para a vida como a conhecemos hoje. As consequências têm impactos heterogénios no globo, quer pela vulnerabilidade territorial e geográfica, quer pela preparação e capacidade de resposta da sociedade na implementação de políticas de adaptação.

Para Portugal, dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) estimam que decorrerão efectivamente alterações do clima no decorrer do presente século (Figura 6). Nos modelos climáticos de previsão observa-se a regressão da área de Clima Temperado, tornando-se residual (a norte), que dará lugar

ao Clima Árido de norte a sul de Portugal Continental. Portanto, deixará de ser comum assistirmos a estações de Inverno e Verão bem definidas (Invernos chuvosos com, pelo menos, três meses de frio, com temperatura média do ar entre os -3°C a 18°C, tal como Verões quentes com o mês mais quente, com a temperatura média do ar superior a 22 ° C). A precipitação total anual média variará entre 380 a 760 milímetros, valores superáveis pela evapotranspiração estimada e estima-se ainda a rara existência de cursos de água permanentes.

Importa ainda referir, que na zona do concelho de Alcoutim, prevê-se um Clima Árido (Bwh) mais severo, com precipitação total anual média inferior a 250 milímetros.



Legenda:

- Clima Temperado (Csa)
- Clima Árido (BSk)
- Clima Árido (Bsh)
- Clima Árido (Bwh)

Figura 6 - Históricos Simulados a) 1971 a 2000 | Cenários climáticos: b) RCP 4.5 2011-2040 | c) RCP 4.5 2041-2070 | d) RCP 4.5 2071-2100 | e) RCP 8.5 2011-2040 | f) RCP 8.5 2041-2070 | g) RCP 8.5 2071-2100 | Parâmetro: Classificação do Clima com base no Sistema de Classificação Climática Koppen | Dados: Média temporal Anual e Estatística Média de 30 anos [16].

Consequências actuais na Europa

Eventos extremos



- Europa meridional e central com maior frequência de vagas de calor, incêndios florestais e secas;
- Região mediterrânica mais árida e mais vulnerável a secas e incêndios florestais;
- Norte da Europa com episódios de precipitação mais fortes, num mais curto espaço de tempo, e as cheias como fenómeno comum no Inverno;
- Zonas urbanas (80% população europeia) expostas a vagas de calor, a inundações, à subida dos níveis do mar e reduzida preparação de adaptação às alterações climáticas.

Economia e Saúde Pública:



- Registo de aumento do número de mortes relacionadas com o calor em algumas

regiões e diminuição do número de mortes relacionadas com o frio noutras.

- Alterações na distribuição de algumas doenças e vectores de doenças transmitidos pela água.
- Os danos patrimoniais, para as infraestruturas e para a saúde humana, representam pesados encargos para a sociedade e para a economia.
- Entre 1980 e 2011, as inundações afectaram mais de cinco milhões e meio de pessoas e causaram prejuízos económicos directos que excederam os 90 mil milhões de euros.

Vida selvagem:

- Muitas espécies (terrestres, de água doce e marinhas) já alteraram habitats. A perpetuação destas alterações poderá agravar a exposição a um risco acrescido de extinção.

Parte II – Influência no sector agrícola

A actividade agrícola é aquela, por excelência, mais condicionada pelo clima e condições meteorológicas. Pelo que, os riscos de mudanças como o aumento das temperaturas, a falta de horas de frio, as secas, as precipitações excessivas e o défice de humidade no solo durante as diversas fases de desenvolvimento dos cultivos (produção vegetal, produção de alimentação animal, acesso a recursos como a água) certamente comprometerão o seu desenvolvimento e, em última análise, a alimentação das populações.

Segundo um relatório da Agência Europeia do Ambiente (2019), a concretização dos cenários anteriores expostos provocará um impacto na agricultura, embora com magnitude variável, com quebras nas produções, aumento dos custos de produção, perturbações na comercialização e impacto na viabilidade económica das explorações. Alguns dos impactos poderão figurar da seguinte forma [17]:

- Redução em 80% do valor dos terrenos agrícolas no sul da Europa até 2100;

- Redução de 50% nas colheitas não irrigadas de trigo, milho ou beterraba sacarina;
- Variação do período de floração e maturação de 1 a 3 semanas;
- Redução da taxa de produtividade média, por hectare de milho ao ano;
- Redução das produções de culturas aráveis e de pastagens;
- Redução da produção em nichos climáticos associados à produção de vinha e olival;
- Diminuição das exportações da Europa;
- Aumento das importações da Europa;
- Outros impactos na transformação, transporte e armazenamento dos produtos agrícolas.

O Solo na actividade agrícola

Constituídos por minerais (45%), água (25%), ar (25%) e matéria orgânica (5%), os solos são um factor produtivo central na produção agrícola, seja vegetal ou animal, como no suporte de vida já que constitui o habitat de cerca de 25% da biodiversidade terrestre [18]. Por outro lado, os métodos e técnicas usados na sua gestão e manutenção são estruturantes para a perpetuação das suas funções como suporte da alimentação da Humanidade. Estima-se que, por exemplo, uma gestão sustentável do solo acresça cerca de 58% da produção de alimentos produzidos hoje.

Pese embora a sua importância, o solo corre riscos associados ao crescimento das cidades e das zonas periurbanas e à impermeabilização, a práticas de utilização do solo predativas, ao aumento da erosão dos solos crescendo a área em risco de desertificação. Em Portugal Continental, cerca de 50% do território nacional (5,5 milhões de hectares) está em risco de erosão e 30% em estado de vulnerabilidade “muito elevada” ou “elevada” (Figura 7).

Em suma, se o solo está em perigo, a saúde das pessoas também está, já que representa um risco na garantia de uma alimentação segura e de qualidade.

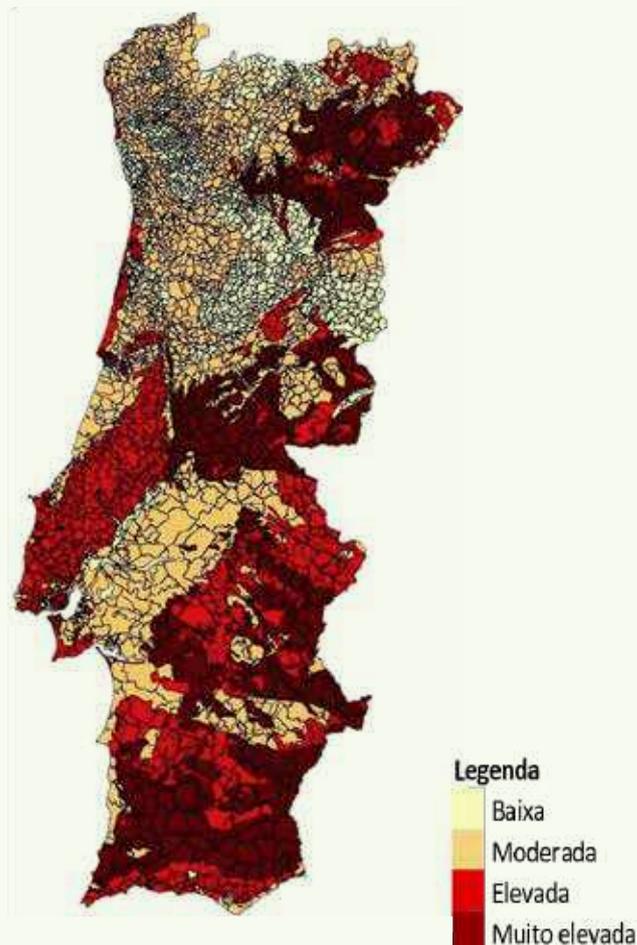


Figura 7 - Indicadores de Desertificação para Portugal Continental [18]

CURIOSIDADES

A cada hora são impermeabilizados 11 hectares de solo em virtude da expansão das zonas urbanas na Europa.

A perpetuação e incentivo de práticas agrícolas predadoras esgotará o solo arável existente em 60 anos.

33% do solo mundial está degradado: baixa produtividade, sem cobertura, aumento da erosão, diminuição do carbono orgânico, perda de nutrientes.

Solo – Boas Práticas

As práticas agrícolas que permitam manter os solos saudáveis e ricos em matéria orgânica podem armazenar grandes quantidades de água, o que representa uma enorme capacidade de resiliência a fenómenos extremos que se perspectivam cada vez mais frequentes (secas e cheias). Estima-se mesmo que haja um aumento médio em quase 80% do rendimento das culturas quando existe uma utilização eficiente da água, um uso reduzido de pesticidas e a melhoria da saúde dos solos.

Para tal, o contributo dos agricultores é fundamental na prática diária, seja na captura do escoamento de águas superficiais, na adopção de boas práticas de irrigação, na minimização da mobilização do solo, na rotação das culturas e na manutenção da cobertura vegetal [20].



A Água na actividade agrícola

As estimadas oscilações da precipitação em Portugal, no tempo e espaço, exigem a procura de soluções oportunas que garantam tanto a quantidade, que satisfaça as necessidades das populações e das actividades económicas, assim como a qualidade. O aumento da capacidade de armazenamento em condições adequadas para a produção agrícola pode ser vista como uma medida de adaptação às alterações de clima, sendo assim fundamental a aposta num Programa Nacional de Regadios que aumente a área irrigada tendo em consideração os diversos factores: economia, sociedade e ambiente, e dê especial atenção aos regadios tradicionais, tornando-os mais eficientes e que cumpram as necessidades actuais e futuras [21].

Uso da Água – Boas práticas

As boas práticas na utilização da água estão invariavelmente associadas à boa utilização do solo. Desta forma, fazer análises à terra para conhecer a capacidade de armazenamento do solo nas parcelas a regar, adaptar o método de rega à cultura, ao tipo de solo e à inclinação do terreno, avaliar as necessidades de água da cultura tendo em conta as condições climáticas locais, conhecer a dotação de rega adequada tanto à cultura como ao solo, fazer o balanço hídrico para o cálculo das necessidades de rega (anuais e de ponta), fazer a rotação de culturas e mobilização do solo, revestir os canais de rega para transporte ou uso de tubagem estanque para evitar perdas, privilegiar métodos de rega localizada (se adequada), fazer a manutenção dos sistemas de rega e estações de bombagem de forma a racionalizar o uso de energia e de água, tal como de práticas de reutilização da água de rega que escoam à superfície, idealmente impedindo a saída da exploração agrícola [21].

No que respeita à qualidade do recurso água interessa adoptar procedimentos e práticas agrícolas que garantam a boa utilização de produtos fitofarmacêuticos, tal como na manipulação e preparação das caldas,

equipamentos de aplicação, no registo e no armazenamento, na utilização equilibrada de fertilizantes ou de práticas que garantam a protecção de cursos de água como rios e ribeiras: conservação da vegetação ripícola e na gestão dos trabalhos nos cursos de água. Por exemplo manter trechos de talude por limpar para manter os refúgios e facilitar a recolonização animal e vegetal [21].

Entrevista – Testemunho do uso da terra e da água na produção agrícola no Alentejo

A agricultura e a água têm um papel fundamental na coesão territorial e social, na preservação e conservação da biodiversidade, na paisagem, na dinâmica económica das

comunidades locais pela potencialização de pequenas e médias empresas em actividades económicas da agricultura e de outros sectores.

Dos mais recentes investimentos em infra-estruturas, o Alqueva representa a materialização dos anseios das populações do Alentejo como potenciador da produção agrícola nacional e na garantia do abastecimento de água às populações.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) é constituído por um conjunto de 69 barragens, reservatórios e açudes, interligados por mais de 2 000 km de condutas e canais, com uma área de influência aproximada de 10 000 km², divididos pelos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, abrangendo um total de 20 concelhos. Actualmente, estão instalados 120 mil hectares de regadio e 80% estão a ser rega-



dos, a grande maioria olival (60%), seguido de outras culturas como frutícolas, vinha, milho, forragens, cereais e hortícolas [22].

O parecer da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do empreendimento global do Alqueva (1995) indica alterações microclimáticas na área abrangida pelo regadio: aumento da humidade, diminuição da temperatura máxima no verão e da amplitude térmica diária, impactes estes proporcionais à taxa de irrigação e às formas adoptadas para o regadio [23].

Contudo, o modelo actual de exploração deste bem público tem provocado grandes assimetrias no Alentejo nas mais diversas dimensões: no uso e ocupação do solo, nas condições socioeconómicas, na distribuição de rendimentos e no dia-a-dia das populações.

Fomos à conversa com Pedro Pires Dias, agricultor residente em Amareleja, zona ainda sem regadio, para perceber como se reflecte no dia-a-dia do Alentejo e qual o caminho a traçar para alteração do modelo de exploração que hoje domina na margem esquerda do espelho de água do Alqueva.

Biografia

Nome: Pedro Pires Dias

Residência/Local da Exploração: Amareleja (Alentejo)

Formação: Gestão Hoteleira (Comissão Executiva da Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo)

Caracterização da exploração

Pedro Dias explora cerca de 10,5 hectares de pistacho (ou pistácio), em Modo de Produção Biológico, com um compasso de 7m x 7m. Actualmente, ainda aguarda pela primeira colheita que demora cerca de 5 a 6 anos a vir. Entretanto o trabalho de manutenção e cuidado não é pouco, em especial por usar práticas mais sustentáveis que limitam o uso de produtos químicos de síntese e onde acresce o trabalho braçal.

Por outro lado, na colheita usa práticas que a cultura tradicional portuguesa usa no olival tradicional, a máquina de apanha “guarda-chuva invertido”, já que a cultura do pistacho é semelhante à oliveira.

Para o futuro, tem intenção de conseguir fazer o descasque e a secagem na exploração, diversificando a actividade e permitindo o armazenamento do produto, podendo ser colocado no mercado quando este permita um preço que compense os custos da produção.

Estabeleceu contacto com a Associação de produtores de pistachos da Estremadura (Espanha), na ausência de organizações e conhecimento aprofundado em Portugal sobre esta cultura vinda do Irão.

Voz da Terra: O Alqueva responde aos principais anseios de décadas das populações do Alentejo. Estão o ambiente, a Agricultura Familiar Alentejana e a população a sair beneficiadas?

O Alqueva veio garantir o abastecimento de água das populações numa perspectiva de alterações climáticas e de um recurso que se tornará mais escasso num futuro próximo na zona mediterrânica. Contudo, actualmente, as populações poderão não estar a ser as mais beneficiadas na actividade agrícola e, conseqüentemente, a Agricultura Familiar também não.



Por exemplo, na cultura do olival, o preço pago pelo azeite, aos agricultores, baixa todos os anos. De ano para ano, está cada vez mais baixo! As cooperativas ainda tentam pagar um bocadinho melhor, mas as pessoas têm de estar colectadas e crescem outros encargos que acabam por não compensar. Cada vez menos o preço compensa a produção. Por isso, acabam por deixar de produzir e acabam por arrendar as terras. As grandes explorações de olival intensivo que vemos estão mais relacionadas com as grandes propriedades, que sempre existiram no Alentejo. É difícil fazê-lo a comprar a terra a cada pequeno proprietário; o que não quer dizer que não aconteça.

Quanto à questão ambiental, importa pensar a agricultura que queremos. Eu produzo em Modo de Produção Biológico, e custa-me muito mais, essencialmente em mão-de-obra. Isto é, onde era possível pôr um herbicida na produção convencional eu não posso, então tenho de tirar as ervas junto aos pistacheiros com roçadora manual, e sozinho, dá-me muito mais trabalho, mas também sei que é a melhor forma de produzir alimentos saudá-

veis e de qualidade. E aqui penso que todos temos de aprender a ser mais ecológicos. Penso que, por isso, fará todo o sentido uma aposta em mais informação e formação na área do ambiente (sustentável).

VT: As transformações na paisagem alentejana, traduzindo transformações mais profundas, são evidentes com a chegada do regadio. O que pensa sobre isso?

Aqui em Amareleja ainda não chegou o regadio já que cresceu para o lado oposto. Faz pensar nas prioridades desta construção pública e, aliás, o porquê de se ter estendido para as zonas onde existem maiores explorações. No meu caso, com o regadio poderia potenciar a minha produção.

Outra questão que podemos pensar é que este lado da albufeira foi das mais afectadas pelo investimento. Mourão, por exemplo, um concelho com um impacto brutal da infraestrutura, perdeu cerca de 15% do território (inundado), onde ficava a velha aldeia da Luz, e a agricultura e mesmo as populações pouco ou nada beneficiaram com este investimento.



VT: Mas já há projecto de regadio para esta região?

Sim, já há projecto para esta região, mas até ao momento nada. E sei disso porque o perímetro de rega e algumas estruturas de suporte vão ficar no meu terreno. Ainda tentei negociar uma alteração mas não consegui. Espero ainda pelo contacto formal/oficial.

Será muito importante, uma vez que em Amareleja o emprego está muito associado à agricultura, aos serviços públicos, a alguma construção civil, mas pouco mais. Por isso, é importante manter estes pequenos agricultores, que continuam a produzir para manter as comunidades vivas. Este é o verdadeiro combate à desertificação do Alentejo.

VT: E não há algum receio que também venha para esta margem a pressão das grandes explorações, das compras de terras, do que está a acontecer no outro lado?

Não. Aqui, como referi, predomina essencialmente a pequena propriedade, e se as pessoas se conseguirem unir e valorizar as produções será difícil aparecer grandes investidores para comprar as terras a vários proprietários, estes preferem comprar ou arrendar a proprietários que tenham grandes extensões agrícolas. Poderá acontecer, mas temos estrutura para que não aconteça. O regadio tem mesmo é de cá chegar!

Conclusão

A Agricultura Familiar é essencial na aceleração da transição para sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis com oportunidades económicas, sociais e de protecção dos ecossistemas, respeitando a biodiversidade, diversidade cultural e social dos territórios, para além de apoiar a manutenção das populações nos territórios rurais.

Por exemplo, num futuro próximo é importante pensar em investimentos em projectos de regadio colectivos, assim como a recuperação de dezenas de regadios tradicionais e a capacitação financeira e técnica para desenvolver pequenos regadios em todo o território nacional.

A Agricultura Familiar produz cerca de 80% dos alimentos do mundo, tem formas de utilização dos recursos mais sustentáveis e por isso tem um potencial único de liderança nesta transição. Assim, podemos afirmar com convicção que a Agricultura Familiar alimenta o Mundo e arrefece o Planeta.

Bibliografia

- [1] MAGG (2019) “97% da Comunidade Científica acredita nas alterações climáticas. O que defendem os outros 3%?. Consultado em Julho de 2020 :<https://magg.sapo.pt/sustentabilidade/artigos/97-da-comunidade-cientifica-acredita-nas-alteracoes-climaticas-o-que-defendem-os-outros-3>
- [2] Renato et al., 2013 “Influence of methods for calculation of degree-days under conditions of temperature increase for maize and bean crops” Revista Brasileira de Meteorologia. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77862013000400004
- [3] IPMA@2020a), Clima em Portugal, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Consultado em Julho de 2020. [http://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/ \(31.03.2020\).](http://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/ (31.03.2020).)
- [4] IPMA@2020b), Gráfico Termi pluviométrico do Clima Temperado - Simplificação, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (info base). Consultado em Julho de 2020. [http://www.geografia7.com/climas-temperados.html \(consultado a 31.03.2020\).](http://www.geografia7.com/climas-temperados.html (consultado a 31.03.2020).)
- [5] Portal do Clima @2020, Temperatura média do ar entre 1971-2000, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020 <http://portaldoclima.pt/pt/>
- [6] IPMA@2020b), Diferença da temperatura média do ar relativo a 2019. Consultado em Julho de 2020. <http://www.ipma.pt/>
- [7] Portal do Clima @2020a), Precipitação Média Acumulada entre 1971-2000, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020 <http://portaldoclima.pt/pt/>

- [8] IPMA@2020c), Precipitação Média Acumulada relativo a 2019. Consultado em Julho de 2020. <http://www.ipma.pt/>
- [9] IPMA@2020d), Boletim Climatológico Anual, Portugal, 2019, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020 <http://portaldoclima.pt/pt/>
- [10] IPMA@2020e), Número de horas de frio acumulado de 1-10-2018 a 30-04-2019. Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020 <https://www.ipma.pt/pt/agrometeorologia/fruticultura/>.
- [11] Agronegócios@2020. Requisitos de frio de fruteiras. Consultado a Julho de 2020 <http://www.agronegocios.eu/noticias/requisitos-de-frio-de-pequenos-frutos/>
- [12] Silva et al., 2011 “Aplicações SIG em Agrometeorologia: casos da temperatura Pêra Rocha e na Vinha” Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e Instituto Superior de Agronomia (ISA). Consultado em Julho de 2020 https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Silva13/publication/277711724_Aplicacoes_SIG_em_Agrometeorologia_casos_da_temperatura_na_pera_rocha_e_na_vinha/links/5570ba8308aedcd33b292f21/Aplicacoes-SIG-em-Agrometeorologia-casos-da-temperatura-na-pera-rocha-e-na-vinha.pdf
- [13] IPMA@2020f), Boletim Meteorológico para a Agricultura, n.º 104, Setembro 2019, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020. http://www.ipma.pt/resources/www/docs/im.publicacoes/edicoes.on-line/20191202/meeiiLpWOJLiVFOMvWAm/agr_20190901_20190930_bag_3d_co_pt.pdf
- [14] Portal do Clima @2020 b), Evapotranspiração de referência acumulada (mm), de 1 de Outubro de 2018 a 30 de Setembro de 2019. Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020. <http://portaldoclima.pt/pt/>
- [15] IPMA@2020g), Evapotranspiração de referência acumulada (mm), de 1 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020. <http://www.ipma.pt/>.
- [16] Portal do Clima @2020, Clima: Histórico simulado e cenários climáticos, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Consultado a Julho de 2020 <http://portaldoclima.pt/pt/>
- [17] EEA, 2019 “Climate change adaptation in the agriculture sector in Europe”, Relatório n.º 4/2019. Agência Europeia do Ambiente.
- [18] DGT, 2016 “Indicadores de Desertificação para Portugal Continental”.
- [19] FAO, 2015 a) – Factsheet “Where the food begins”, Ano Internacional dos Solos, Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas.
- [20] FAO, 2015 b)– Factsheet “Soils store and filter water”, Ano Internacional dos Solos, Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas.
- [21] Manual Básico de Práticas Agrícolas: Conservação do Solo e da Água Autoria I MA-DRP - Grupo de Trabalho Técnico para as Boas Práticas Agrícolas.
- [22] EDIA, 2020@, Página Oficial da EDIA <https://www.edia.pt/pt/>, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
- [23] CA, 1995, Parecer da Comissão de Acompanhamento da AIA do empreendimento global do Alqueva, Consultado em Julho de 2020, https://www.edia.pt/wp-content/uploads/2020/06/ParecerCA_EIA95.pdf

Aveiro | Reunião com lesados de ataques de javalis

Cerca de 20 agricultores reuniram com a União de Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro (UABDA), no dia 18 de Julho, na Junta de Freguesia de Couto Esteves – Sever do Vouga.

Os estragos causados pelos javalis, nomeadamente, a destruição de campos de milho, pomares de maçã e mirtilo, de estufas e sistemas de rega e a iminência de ataques a pessoas, já levaram agricultores a desistir de produzir.

A CNA e as suas Filiadas já alertam para esta situação há largos meses, mas o problema continua por resolver, causando grandes prejuízos aos agricultores. Se sofre destes ataques ou está solidário com quem sofre, assine a Petição da CNA para que os Agricultores e outros rurais sejam indemnizados pelos prejuízos causados na Agricultura por javalis e outros animais selvagens no site “Petição Pública” ou junto da CNA e/ou suas Entidades Receptoras.

Agricultores afectados pelas marés vivas na Ria de Aveiro

Com o apoio da UABDA, agricultores e habitantes da zona da Marinha, afectados pelas recentes marés vivas na Ria de Aveiro, manifestaram-se frente à Câmara Municipal de Ovar, no dia 26 de Agosto.

A UABDA apoia a luta dos agricultores e da população da Marinha, que sempre alertaram para a necessidade da conclusão do cordão de deposição efectuado nas últimas obras, há 16 anos, o que permitiria uma melhor defesa e recuperação dos terrenos agrícolas entretanto perdidos com a subida do nível médio das águas.

Os agricultores vêm-se agora confrontados



com a salinização dos terrenos, com a sua indevida apropriação, e com a inexistência de drenagem interna da área agrícola e urbana, que poderia ser acautelada através de válvulas de retenção.

Baixo Mondego | Medidas de investimento da APA insuficientes

A Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) defende que as medidas de investimento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para obras de intervenção e regularização no Baixo-Mondego no âmbito do “Mondego Mais Seguro”, e na sequência das cheias de 2019, são manifestamente insuficien-

tes para as necessidades dos agricultores e da região. Para além desta intervenção, é urgente avançar com o emparcelamento agrícola onde ainda não foi realizado, numa área de mais de 4000 hectares e cerca de 2 mil agricultores, situada nos vales do Pranto, Arunca e Ega, e nos campos de São Facundo/Vale de Ançã.

Castelo Branco | Problemas da Agricultura Familiar levados à Assembleia da República



A Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB) foi recebida, no dia 21 de Julho, em Audiência na Comissão de Agricultura e Mar na Assembleia da República.

Os representantes da ADACB expuseram diversos assuntos relacionados com a Agricultura Familiar, como por exemplo, a necessidade de apoio urgente às vítimas das intempéries de 31 de Maio. Referiram, também, que os investimentos nos regadios da região são escassos e muitos encontram-se em avançado estado de degradação, perdendo-se muita água. A ADACB defendeu, ainda, que a floresta necessita de especial atenção, na medida em que muitos pequenos produtores florestais enfrentam dificuldades económicas, devido ao preço demasiado baixo da madeira na produção.

Governo não cumpre protocolo assinado com BALADI e Agrupamentos de Baldios



A Federação Nacional dos Baldios (BALADI) denuncia que o Governo e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) não estão a cumprir o protocolo assinado em Fevereiro de 2019.

Na altura, foram assinados contratos-programa para a constituição de 20 Agrupamentos de Baldios, entre o ICNF, em representação do Estado, a BALADI e a Associação Florestal de Portugal (Forestis), num projecto financiado pelo Fundo Florestal Permanente.

Nesse âmbito, foram constituídos pela BALADI nove Agrupamentos de Baldios, que representam 51 unidades de baldios, com cerca de 51 000 ha de área, distribuídos por nove distritos.

Contudo, afirma a BALADI, o Ministério do Ambiente e Acção Climática e o ICNF não honram os compromissos constantes do pro-

coloco, registando-se atrasos de pagamentos de cerca de 150.000 euros, o que coloca em causa salários de 22 colaboradores do projecto e, conseqüentemente, a continuidade do seu trabalho. Da mesma forma, está por constituir a comissão de acompanhamento do projecto que poderia ajudar a resolver vários problemas.

Solicitando uma mudança urgente, numa carta dirigida ao Primeiro-Ministro, a BALADI, juntamente com os nove presidentes dos Agrupamentos de Baldios já constituídos, defende que o Governo deve adoptar medidas de valorização económica da floresta, dos seus recursos endógenos, pagamento de serviços ecossistémicos e ambientais, para que os detentores destes espaços agro-florestais tenham condições para tratar do seu património. Essas medidas passam pelo empenho na resolução urgente deste problema.

Debates *online* promovidos pela CNA sobre o sector vitivinícola e sobre a Floresta

Nos meses de Julho e Agosto, a CNA promoveu mais dois debates online. O primeiro, intitulado "Sector Vitivinícola em Debate: análise e perspectivas das Medidas de Apoio COVID-19", centrou-se na eficácia das medidas de mitigação à pandemia de COVID-19, anunciadas pelo Governo. Os participantes mostraram-se cépticos quanto à chegada das ajudas aos pequenos e médios vitivinicultores e à oportunidade para apresentação de candidaturas.

Na discussão sobre "Floresta e Incêndios: Por outras políticas agro-florestais!" ficou perceptível a urgente necessidade de melhores políticas agro-florestais e de preços justos à

produção da madeira. Para tal, é importante a valorização dos baldios, das organizações dos pequenos proprietários florestais, da floresta multifuncional e de uso múltiplo, das pessoas que vivem no mundo rural e que a discussão em torno do tema permita uma monitorização e avaliação da políticas e planos florestais.

Os debates estão disponíveis no canal de Youtube e na página de Facebook da CNA.

De referir que o debate sobre o sector vitivinícola decorreu ao abrigo de um projecto no âmbito de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e é co-financiado pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020.

Agricultura Familiar e COVID-19: Enfrentar a crise com uma forte acção colectiva



A CNA promoveu a oficina “Agricultura Familiar e os impactos da COVID-19: enfrentar a crise com uma forte acção colectiva”, a 4 de Julho de 2020, em Coimbra.

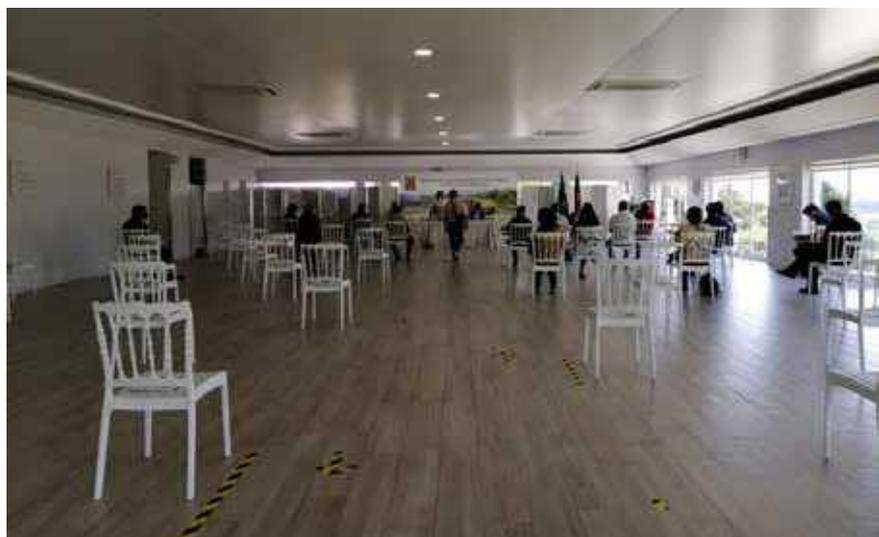
A actual situação de pandemia expôs a fragilidade dos nossos sistemas alimentares, mas também salientou a importância de organizar pequenos e médios agricultores – agricultores familiares – para enfrentar colectivamente o desafio de alimentar o mundo.

Neste contexto, a oficina, que decorreu no âmbito do Projecto BOND, reuniu agricultores e dirigentes do movimento associativo da Agricultura Familiar, foi uma excelente oportunidade para ouvir preocupações.

Analisaram-se os impactos da pandemia nos diversos sectores agrícolas, como por exemplo o sector vitivinícola que viu a procura diminuir drasticamente, aumentando em grande escala os stocks acumulados (ver página 26 sobre o debate online promovido pela CNA), ou o sector das frutas

e hortícolas, cujos preços à produção se mantêm bastante instáveis, com reduções superiores a 20% por exemplo na alface. Neste panorama, são milhares as explorações da Agricultura Familiar que se encontram em grandes dificuldades financeiras e em risco de não assegurar a continuidade da actividade.

Feito o retrato dos impactos no sector, houve espaço para olhar para o futuro. Foram divulgadas boas práticas de iniciativas colectivas identificadas no Projecto e debateram-se caminhos de mudança para enfrentar esta crise, resultando num conjunto de recomendações políticas (pág. 28).



RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS PARA ENFRENTAR A(S) CRISE(S)

Para enfrentar esta e outras crises é fundamental promover sistemas agrícolas e alimentares mais resilientes e sustentáveis, como a Agricultura Familiar, através da adoção de políticas adequadas, nomeadamente:

- Medidas de **retirada de produtos, para os sectores com maiores dificuldades** de escoamento, a preços justos.
- Criação de medidas de **apoio pela perda de rendimento** dos pequenos e médios agricultores.
- Além de medidas mais imediatas para colmatar “prejuízos”, são necessárias medidas que **promovam modelos de produção e consumo mais sustentáveis** para o futuro
- A **relocalização das cadeias de produção e distribuição** dos circuitos de abastecimento alimentar são cruciais para manter o fluxo de abastecimento da população e assegurar a subsistência das populações rurais.
- Políticas de apoio para **recuperar, criar e promover mercados locais e tradicionais** para a comercialização de produções locais / tradicionais, particularmente as da Agricultura Familiar
- Permitir a **venda de produtos agrícolas à porta de casa ou da exploração** do agricultor e à beira da estrada.
- Estabelecer **regras apropriadas de higiene e normas para o processamento de produtos nas explorações**; financiamento de iniciativas de equipamentos locais e colectivos, como matadouros móveis para pequenas explorações, infraestruturas para mercados locais, entre outros.
- Priorizar a **Agricultura Familiar no fornecimento de cantinas** de instituições públicas e da economia social da região onde as explorações estão localizadas.
- **Apoiar a organização económica da produção**, nomeadamente com organizações de produtores com vários produtos, com regras apropriadas para pequenas e médias explorações familiares.
- Incentivar e **apoiar a organização associativa dos agricultores** como forma de garantir espaço para participação na formulação de políticas e para desenvolvimento de iniciativas colectivas.
- **Valorizar o importante papel desempenhado pelas mulheres rurais** e camponesas com medidas concretas que lhes permitam usufruir plenamente dos seus direitos.
- **É urgente concretizar o Estatuto da Agricultura Familiar**, com medidas a funcionar, enquanto instrumento para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e do País. Com a implementação do Estatuto, podiam ser resolvidos muitos dos problemas dos agricultores.

A oficina decorreu no âmbito do Projecto BOND, um projecto Horizonte 2020 financiado pela União Europeia e liderado pela Universidade de Coventry, do Reino Unido, que a CNA integra junto com 16 parceiros de 12 países europeus. O objectivo do projecto é alcançar níveis mais elevados de organização e criação de redes, e desenvolver um sector agrícola mais saudável, mais produtivo e harmonioso na Europa a longo prazo.



Este projecto recebeu financiamento do Horizonte 2020 Programa de Investigação e Inovação da União Europeia sob a Convenção de Subvenção n.º 774208

Este documento reflecte somente os pontos de vista do autor e a Agência e a Comissão não são responsáveis pela utilização que possa ser feita da informação nele contida.

O “boi do Povo” está coxo, cego e já lhe preparam o abate

Remetermo-nos aos primeiros episódios de violência contra o “boi do Povo” obrigá-los-ia a retroceder muitos anos. Desta feita, admitamos que, pelo menos, na presente legislatura, o “boi” que é de todos, o do Povo, já se encontrava profundamente cansado, sem forças e sem reacção aos ataques mais ferozes.

Mas o “animal” ainda respira, isto é, ainda temos um Ministério da Agricultura.

No início da legislatura começou a coxear. O primeiro grande ataque à instituição de nome Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, foi a queda das últimas palavras e o conseqüente esvaziamento das competências.

A tentativa de “desmanche” acelerou a transferência das Florestas para a alçada do super (hiper?) Ministério do Ambiente e Acção Climática, aprofundando uma visão pretensamente “conservacionista”, dificultando a vida a quem precisa de continuar a produzir, apesar do mercado esmagar os preços à produção numa floresta que sempre foi e é o mealheiro da Agricultura Familiar. Em contra-ciclo, os grandes dividendos caem nos bolsos dos do costume, os que já decidem o preço a que podemos vender as nossas boas produções, o que devemos e podemos comer e agora também lucram com o ar que respiramos... É ou não é isso, na prática, o apoio à segregação de carbono (dinheiros públicos), a ambição de ganhar muito dinheiro no mercado de carbono (o ar que respiramos visto tal qual o de Wall Street) a que corresponde tão bem um Roteiro de Neutralidade Carbónica amarrado a percentagens de redução marteladas em especial à custa de um sector sumidouro de carbono: a Agricultura e a Floresta?

Um Ministério da Coesão Territorial, que parece ser feito à medida dos “colectivos” locais criados em todo o território com uma romantização do que é rural (ex. turismo, ecoturismo, agroturismo) e com uma preocupação centrada nas questões transfronteiriças (que não são menores) do que com a produção agrícola e florestal nacional, a actividade económica por excelência que fixa pessoas e recria círculos económicos locais e mais justos.

A polémica retirada de competências à Direcção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), respondendo às instâncias momentâneas, e até



Por Laura Tarrafa

Dirigente da CNA

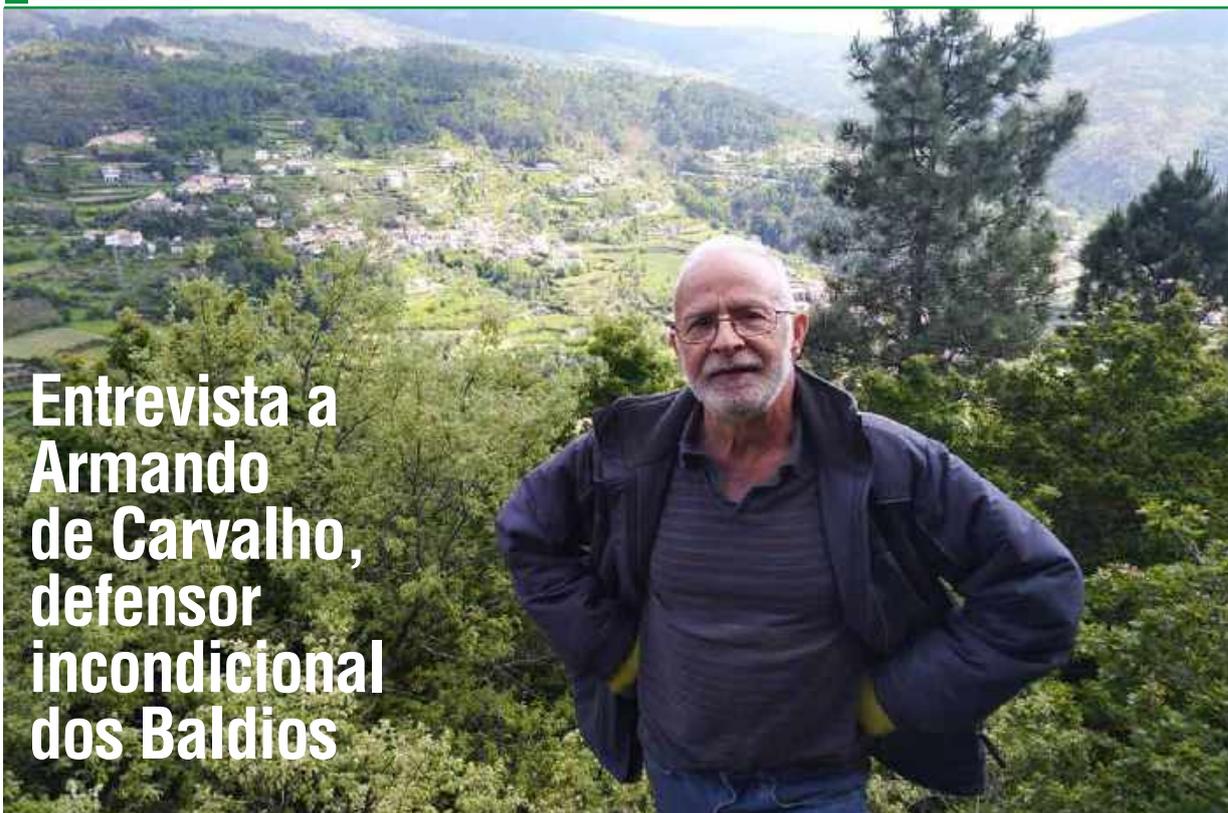
emocionais (legítimas), em detrimento da confiança numa instituição histórica, com trabalho de centenas de técnicos de cuidado com a alimentação do Povo Português permitindo a confiança e a tão desejada segurança alimentar.

Quando rebentou a “bomba” do medo (que a todos tocou), os agricultores não deixaram as terras por amanho, mas tiveram muita dificuldade em vender com o encerramento (e muito tardia abertura) dos mercados e feiras locais. Um verdadeiro crime contra as populações e os agricultores. É aqui que se colhem os frutos e se prepara o futuro com a aquisição dos factores de produção... Sim, os agricultores são, pela sua natureza, visionários... A tutela fechou os olhos, considerando a grande prioridade a distribuição, a Grande Distribuição. Nada de novo.

Cegar o “boi” foi o mais recente golpe. Cega porque não tem perspectiva, falo da Estratégia para a Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, em que, importa referir, o “Social” caiu pelo caminho até à Consulta Pública, nada refere relativamente à importância da Agricultura Familiar e da concretização do seu Estatuto, instrumento central do fortalecimento da Agricultura que respeita a natureza, os recursos naturais, a cultura e as tradições de cada região, mantém as pessoas nos territórios e produz alimentos de qualidade para as populações contribuindo para a nossa Soberania Alimentar, tornando-nos mais capacitados para dar resposta às diversas crises semelhantes ou outras que se avizinham.

Importa lembrar: o “boi” é do Povo, está coxo e cego, mas será sempre aquilo que a Lavoura Nacional organizada precisa indicando o caminho e marcando o passo. Porque a Lavoura exige e sabe fazê-lo. Exige um Ministério da Agricultura estruturado, com recursos humanos e materiais e uma visão para a política agrícola e alimentar nacional.

Entrevista a Armando de Carvalho, defensor incondicional dos Baldios



Armando de Carvalho, dirigente da CNA e da Federação Nacional dos Baldios (BALADI), é natural de Ansiães, concelho de Amarante, onde nasceu em 1953.

Desde 1977 que tem vindo a impulsionar movimentos sociais em defesa dos Agricultores, da Agricultura Familiar e dos Baldios, das comunidades, povos serranos e do mundo rural. É desde 2002 funcionário do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Voz da Terra: A História que os Baldios transportam e a sua peculiar identidade são motivo de atracção não só para historiadores e especialistas, mas também para os rurais. Está de acordo?

Armando de Carvalho: Sim. A propriedade comunitária foi ao longo dos séculos um património valioso e indissociável do quotidiano das comunidades circunvizinhas que tradicionalmente a usaram e fruíram. Durante o tempo dos romanos, os Baldios eram considerados “terrenos comuns”, passando mais tarde na idade média a designar-se por maninhos. Nessa altura, com as populações a crescerem, as famílias mais numerosas necessitavam de mais área para a sua sobrevivência. A forma que encontraram foi arrotear os tais terrenos comuns através das chamadas “tomadias”, mediante os usos e costumes e com critério de equidade e necessidade. Este tipo de propriedade foi, ao longo da história, assaz incompreendida pelos vários poderes instituídos. Mais recentemente acabaram por ter a designação de “coisas comuns” não apropriáveis pelo código civil de 1869.

Hoje são considerados bens comunitários com posse, utilização e gestão das comunidades locais, segundo a Constituição da República Portuguesa.

VT: Como surgiu esta paixão pelos Baldios?

AC: Uma das razões que suscitou este meu interesse pelo estudo da temática dos Baldios e ulteriormente o meu envolvimento associativo é a questão de Portugal ser o único País da Europa com estes bens comunitários com posse útil e gestão por parte das Comunidades consagrados constitucionalmente. Além disso, nasci em plenas fraldas do Marão, circundado por uma área baldia com mais de 2.000 hectares. Um espaço agro-florestal à época apodado pelos meus antepassados que diziam “grande é o Marão, mas não dá palha nem grão”.

VT: Os Baldios comportam vários usos e recursos endógenos. Qual a sua importância actualmente?

AC: Os Baldios deste país são ainda hoje, e foram no passado, espaços multifuncionais, onde se pastoreia o gado, colhem matos para as camas dos animais, produz carvão e lenha para as lareiras, corta carqueja para cozer o pão e se aplica em produtos medicinais. É também aí que brotam as nascentes essenciais à produção de energia, agricultura, floresta, turismo, apicultura, caça, serviços ecossistémicos. São ainda os espaços onde se encontram as principais jazidas minerais, rochas ornamentais, águas mineromedicinais e mais recentemente acomodam os parques eólicos, etc.

VT: Os Baldios englobam muitas histórias do passado. Tem alguma que o marcou?

AC: Tenho. Tinha eu 15 anos, em plena ditadura, quando fui surpreendido por um guarda-florestal, dando-me voz de prisão, quando me encontrou no meu Baldio a fazer um feixe de gravetos de lenha para aquecer a família nas noites gélidas de Inverno. O “crime” que eu cometi é que estava a “roubar” lenha ao Estado. Era este o tempo dos chamados “brandos costumes”. Brandos só em semântica. Foi este quadro vivencial e mais tarde a leitura do livro “Quando os lobos uivam” do Mestre Aquilino Ribeiro, uma obra que imortalizou a luta das gentes serranas das Beiras em defesa do seu quinhão Baldio, que me moldaram e temperaram para a minha entrega incondicional de defensor dos Baldios enquanto património comunitário.

VT: Como referiu anteriormente, Portugal é o único País da Europa com estes bens comunitários consagrados constitucionalmente. Mas tem sido uma constante luta...

AC: Em regra, os Baldios foram ao longo da história logradouro comum dos moradores que circunscreviam e viviam nas áreas baldias, serviram de suporte complementar às suas actividades económicas. A vida nestes territórios seria tremendamente mais dura e mais difícil se os Baldios não complementassem a escassez e a míngua existente à época. Por todo o período da idade média, na revolução liberal, na monarquia e na implantação da 1ª República, os Baldios foram objecto de esbulho e apropriação de grandes áreas baldias, pelos grandes senhores feudais, nobres e burgueses. Só assim se compreende a erosão de centenas de milhares de hectares Baldios e a sua passagem para a propriedade privada e de outras instituições.

VT: No seu entender, os compartes e a CNA lutaram e conseguiram uma Lei dos Baldios mais justa?

AC: A actual Lei dos Baldios, a Lei 75/2017, é

uma lei que repôs a matriz de Abril, não fossem os Baldios uma das conquistas mais importantes para os Povos Serranos. Ao integrá-los de novo no sector Cooperativo e Social enquanto meios de produção das Comunidades Locais, reforçou a sua garantia constitucional. Esta Lei,

“Os Baldios deste país são ainda hoje, e foram no passado, espaços multifuncionais, onde se pastoreia o gado, colhem matos para as camas dos animais, produz carvão e lenha para as lareiras, corta carqueja para cozer o pão e se aplica em produtos medicinais.”

apesar de precisar de uma nova abordagem por parte dos compartes e uma maior compreensão e respeito dos deveres e obrigações por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em termos genéricos, é francamente positiva. Repôs os Baldios enquanto meios de produção na sua

verdadeira matriz, “dando o seu a seu dono - aos compartes”; clarificou o conceito de compartes e ampliou os poderes soberanos da Assembleia de Compartes, repondo a obrigatoriedade da existência de uma listagem de compartes; tornou obrigatória a inscrição matricial dos terrenos baldios nas Finanças, enquanto imóveis comunitários; instituiu o conceito de Agrupamento dos Baldios e a possibilidade da sua agregação e fusão, entre outras medidas.

VT: Precisamos de olhar os Baldios numa óptica de uso múltiplo sobre os seus recursos e perspectivar o desenvolvimento económico das comunidades locais?

AC: Após a saída da Lei 75/2017 uma das linhas prosseguidas pela BALADI foi promover um grande esclarecimento junto dos compartes e dos seus órgãos para a necessidade de interiorizar o avanço e os desafios que esta lei comporta. É indubitavelmente uma linha a que devemos dar continuidade. Ainda a Lei não estava aprovada, já trabalhávamos para a constituição da criação de Agrupamento de Baldios, agregando voluntariamente Baldios, dando dimensão de escala, criando as premissas económicas e técnicas para uma gestão pró-activa e profissional, verdadeira âncora para o desenvolvimento sustentado das economias locais.

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nos Teus Rurais

PDR2020-2.1.4-FEADER-044980

Jornada de sensibilização e reclamação

A CNA e as suas Filiadas retomaram a jornada de sensibilização e reclamação nos mercados e feiras nacionais

Algumas das feiras e mercados onde estivemos presentes:

Associação dos Agricultores e Pastores do Norte (APT)



Chaves



Ponte de Lima

Associação dos Agricultores do Alto Minho (ARAAM)

Associação Distrital dos Agricultores da Guarda (ADAG)



Trancoso

Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB)



Barcelos



Fundão

Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB)

União dos Agricultores do Distrito de Leiria (UADL)



Porto de Mós

CNA e Filiadas,
Sempre com os Agricultores!